

RELATÓRIO DE RENÚNCIA FISCAL

2022



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Guilherme Resende Oliveira



Unidade da Secretaria-Geral da Governadoria, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Assessoramento Estratégico

Evelyn de Castro Cruvinel

Gerência de Dados e Estatísticas

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Gerência de Estudos Macroeconômicos

Anderson Mutter Teixeira

Gerência de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas

Alex Felipe Rodrigues Lima

SGG
Secretaria-Geral
da Governadoria



IMB - Instituto Mauro Borges
Avenida Vereador José Monteiro, nº 2.233, Mezanino (em frente ao Bloco G)
Setor Nova Vila – Goiânia/GO - CEP: 74.653-900
Telefone: (62) 3269-2780/2777
Internet: www.imb.go.gov.br
e-mail: imb@goias.gov.br

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Análise da Renúncia Fiscal do Estado de Goiás.....	6
3. Considerações Finais	18
4. Referências bibliográficas.....	20

As publicações do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF. Acesse: <https://www.imb.go.gov.br/>

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O presente relatório de renúncia fiscal do ano de 2021 observou um aumento significativo na renúncia fiscal do estado passando para R\$ 12,495 bilhões, ante os 8,966 bilhões de 2020. O valor de R\$ 12,495 bilhões considera todas as modalidades de renúncia fiscal e equivale a 39,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado, ante 34,9% do ano de 2020.
- O Fomentar/Produzir, em conjunto com o Crédito Outorgado, no ano de 2021 contabilizaram valores líquidos de R\$ 8,928 bilhões, ante os R\$ 6,917 bilhões do ano de 2020 com uma variação entre os anos exercícios contábeis na ordem de 29%.
- Em relação à distribuição regional do programa Crédito Outorgado, os dados sugerem que não houve uma mudança significativa e substancial na distribuição dos benefícios entre as regiões do estado de Goiás.
- Em relação aos municípios líderes na obtenção do benefício fiscal – Fomentar e Produzir – na comparação entre os dois últimos anos observa-se uma predominância de municípios pertencentes as regiões do sudoeste goiano, centro goiano, sudeste goiano e metropolitana de Goiânia e do entorno do Distrito Federal tanto em 2021, bem como em 2020.
- Em relação ao Fomentar/Produzir observa-se uma elevada concentração do subsídio em algumas cadeias produtivas, a saber: indústria de álcool e açúcar, indústria do agronegócio, indústria da construção civil, mineração e máquinas, indústria de carnes, indústria de bebidas e indústria de veículos e peças.
- Com exceção da indústria de veículos e peças, os segmentos amplamente beneficiados apresentam um elevado grau de encadeamento econômico com a estrutura produtiva de Goiás.
- Em relação ao ProGoiás, as informações ainda são rasas para fazer uma interpretação do comportamento do programa, tendo em vista sua recente implementação. Para o ano de 2021, o programa disponibilizou 152 contratos distribuídos, com valor total concedido de

R\$ 489,5 milhões com destaque para os municípios de Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Anápolis e Goiânia.

AndersonMutter Teixeira¹
Evelyn de Castro Cruvinel²
Guilherme Resende Oliveira³

1. Introdução

A implementação de políticas de subsídios fiscais, por meio da renúncia fiscal, é o principal instrumento das unidades subnacionais para fomentar a atração de investimentos produtivos, bem como o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o Estado de Goiás é uma das unidades subnacionais mais ativas na implementação de tais instrumentos fiscais (Teixeira et al., 2019; IMB, 2021).

No que tange aos aspectos legais, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o Anexo de Metas Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, contenha demonstrativo da estimativa da renúncia de receita.

É nesse contexto que surge o Pró-Goiás, novo modelo de incentivos fiscais do Governo de Goiás, Programa de Desenvolvimento Regional, que tem como meta desburocratizar a concessão de benefícios fiscais para o setor industrial e garantir segurança jurídica e impessoalidade. Com validade até 2032, o programa oferece crédito outorgado, sem financiamento. Podem ser beneficiários os estabelecimentos que exerçam atividades industriais no Estado, interessados em realizar investimentos para implantação, ampliação e revitalização de estabelecimento industrial⁴. Em relação ao ProGoiás, as informações ainda são rasas para fazer uma interpretação do comportamento do programa, tendo em vista sua recente implementação.

As renúncias ligadas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), exercem papel central nos programas de incentivos fiscais. Assim, a renúncia fiscal decorre dos incentivos ou benefícios que visem apoiar:

- i) A implantação, expansão, diversificação e modernização do setor industrial;
- ii) O aumento da competitividade dos contribuintes estabelecidos em Goiás, que se encontrem em desvantagem em relação a contribuintes situados em outras regiões, em razão de diferença entre as cargas aplicáveis neste Estado e as aplicáveis em outras unidades da Federação;

¹ Gerente de Estudos Macroeconômicos do IMB. Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Economia (Universidade de Brasília - UnB). E-mail: anderson.teixeira@goias.gov.br.

² Gerente de Assessoramento Estratégico e Pesquisadora do IMB. Mestre em Estatística (UnB). E-mail: evelyn.cruvinel@goias.gov.br.

³ Diretor-executivo e Pesquisador do IMB. Doutor em Economia (UnB) E-mail: guilherme.resende@goias.gov.br.

⁴ Texto disponível em <https://www.economia.go.gov.br/progoias>

- iii) O desenvolvimento da inovação tecnológica no Estado de Goiás, por meio da destinação de parte do valor da desoneração tributária a universidades e demais instituições e órgãos relacionados à ciência e à tecnologia;
- iv) O aprimoramento das cadeias produtivas existentes no Estado de Goiás;
- v) A formação ou aprimoramento de arranjos produtivos, nos quais a produção de um estabelecimento esteja estritamente vinculada à produção de outros estabelecimentos;
- vi) A geração de emprego e renda em Goiás, privilegiando setores intensivos em mão de obra;
- vii) A redução das desigualdades regionais, por meio do incentivo a projetos localizados em regiões de menor renda ou a projetos que incentivem a fixação, a longo prazo, da população do local de sua implantação, (IMB, 2021).

Para contemplar tais objetivos, o Estado de Goiás concede os seguintes benefícios fiscais relacionados ao ICMS: isenção, redução da base de cálculo e o crédito outorgado. Entre os programas podemos citar o Fomentar/Produzir, os Programas de Crédito Outorgado e mais recentemente o ProGoiás. Adicionalmente outros programas de renúncia fiscal em escala menor de magnitude concedido pelo Estado são os relacionados as receitas oriundas do IPVA, receita relacionada ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD)⁵.

Assim, a presente nota tem como objetivo mensurar e analisar a evolução de tais programas de renúncia fiscal do Estado de Goiás, em especial no que tange aos valores relacionados ao ano de 2021.

Além dessa breve introdução apresentando os programas fiscais do Estado de Goiás, o relatório apresenta as seguintes seções. A seção dois realiza uma análise da renúncia fiscal do Estado de Goiás, e na seção três são apresentadas as considerações finais.

2. Análise da Renúncia Fiscal do Estado de Goiás

Nesta seção o foco central foi verificar e analisar os valores da renúncia de receita correspondente aos impostos de competência do estado de Goiás, relativamente ao exercício de 2021, todavia os dados também foram analisados, em termos comparativos, com os anos anteriores. O presente trabalho não realiza uma discussão em termos de “impacto” ou “custo-benefício”, afinal, é necessário analisar os microdados, isto é, os valores por firma (nível CNPJ)

⁵ O relatório de Renúncia Fiscal de 2021, apresenta uma descrição de cada programa de renúncia fiscal vigente no Estado.

com o cruzamento de outras bases de dados. Ademais, isso é um trabalho mais profundo e requer maior rigor técnico-científico⁶.

A renúncia de receitas no período de 2016 até 2021, considerando todas as modalidades, referentes ao estado de Goiás são apresentadas na Tabela 1. Em relação ao ano de 2021 tem-se uma renúncia de receita R\$ 12,495 bilhões, ante os R\$ 8,928 bilhões do exercício do ano anterior. O valor de R\$ 12,495 bilhões equivale a 39,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado, ante 34,9% do ano de 2020, ou seja, caracterizando um alto peso como renúncia de receita. Quando comparado aos anos anteriores observou-se um crescimento contínuo desde 2017 quando os valores eram de R\$ 7,419 bilhões, e vem mostrando um crescimento consistente e duradouro até almejar a marca de R\$ 12,495 bilhões em 2021. Também merece destaque que todas as modalidades de renúncia fiscal, a saber: o Crédito Outorgado, o Fomentar/Produzir, os programas associados ao IPVA e ao ITCD, que apresentaram um crescimento entre os anos de 2017 até 2021.

Assim, seguindo as inferências obtidas no relatório de renúncias fiscais do ano de 2020, os dados referentes às renúncias fiscais do estado de Goiás, desde 2017 até o ano de 2021, corroboram com o argumento de que tal política é usada de forma agressiva no estado com o intuito de atrair novos investimentos e mitigar as desigualdades regionais, caracterizando-se como o principal instrumento econômico para alavancar o crescimento econômico e, no limiar, o desenvolvimento econômico de médio e longo prazo.

O Fomentar/Produzir, em conjunto com o Crédito Outorgado, no ano de 2021 contabilizaram valores líquidos de R\$ 8,928 bilhões, ante os R\$ 6,917 bilhões do ano de 2020 com uma variação entre os anos exercícios contábeis na ordem de 29%. Assim, a Tabela 2 sintetiza a evolução bruta, bem como a líquida de ambos ao programa entre os anos de 2017 até 2021.

Ademais, quando relacionamos as renúncias de ambos os programas com a receita corrente líquida do estado (RCL), constata-se a real dimensão dos programas, tendo em vista o elevado percentual que os programas representam. É importante destacar que a receita corrente líquida (RCL) é o recurso disponível pelo Estado para desenhar políticas públicas para melhorar a vida do cidadão goiano, bem como para manter em pleno funcionamento a máquina pública os valores possuem uma representatividade considerável (IMB, 2021).

⁶ Trabalhos utilizando técnicas econométricas para inferir o efeito causal são comumente denominadas em economia de técnicas de quase experimentos, todavia foge do escopo da nota técnica por causa dos dados necessários para sua implementação, os quais não foram disponibilizados pela Secretaria de Economia com a justificativa de sigilo fiscal.

Tabela 1 – Renúncia de receita - Todas as modalidades – 2017– 2021 (em R\$ mi)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	2017		2018		2019		2020		2021		Variação (2017 /2021)
			R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	
ICMS	Crédito Outorgado	Atacado	1.256,13	16,9%	1.357,81	16,0%	1.451,43	16,9%	1.732,74	19,3%	2.017,89	16,1%	60,6%
		Indústria	1.983,54	26,7%	2.037,00	23,9%	2.014,55	23,4%	2.287,11	25,5%	3.551,22	28,4%	79,0%
		Varejo	38,13	0,5%	50,62	0,6%	61,42	0,7%	73,71	0,8%	87,23	0,7%	128,8%
		Produção agropecuária	19,64	0,3%	21,50	0,3%	20,67	0,2%	20,08	0,2%	28,80	0,2%	46,6%
		Prestação de serviços	44,21	0,6%	48,75	0,6%	34,11	0,4%	21,57	0,2%	31,39	0,3%	-29,0%
		Subtotal	3.341,66	45,0%	3.515,69	41,3%	3.582,19	41,7%	4.135,21	46,1%	5.716,53	45,7%	71,1%
	Redução de Base de Cálculo	Atacado	651,24	8,8%	675,63	7,9%	199,77	2,3%	208,79	2,3%	229,79	1,8%	-64,7%
		Indústria	46,08	0,6%	47,81	0,6%	49,87	0,6%	52,12	0,6%	57,36	0,5%	24,5%
		Varejo	424,00	5,7%	439,88	5,2%	458,82	5,3%	479,55	5,3%	527,79	4,2%	24,5%
		Produção agropecuária	1,12	0,0%	1,16	0,0%	1,21	0,0%	1,26	0,0%	1,39	0,0%	24,5%
		Prestação de serviços	33,09	0,4%	34,33	0,4%	35,80	0,4%	37,42	0,4%	41,19	0,3%	24,5%
		Subtotal	1.155,52	15,6%	1.198,80	14,1%	745,47	8,7%	779,14	8,7%	857,52	6,9%	-25,8%
	Isenção	Atacado	57,13	0,8%	59,27	0,7%	61,82	0,7%	64,61	0,7%	71,11	0,6%	24,5%
		Indústria	42,85	0,6%	44,46	0,5%	46,37	0,5%	48,47	0,5%	53,34	0,4%	24,5%
		Varejo	252,65	3,4%	262,11	3,1%	273,40	3,2%	285,75	3,2%	314,50	2,5%	24,5%
		Produção agropecuária	17,19	0,2%	17,83	0,2%	18,60	0,2%	19,44	0,2%	21,39	0,2%	24,5%
		Prestação de serviços	32,63	0,4%	33,85	0,4%	35,31	0,4%	36,90	0,4%	40,61	0,3%	24,5%
		Subtotal	402,45	5,4%	417,52	4,9%	435,50	5,1%	455,17	5,1%	500,96	4,0%	24,5%
	Fomentar/Produzir[Indústria]	1.952,56	26,3%	2.517,95	29,6%	2.680,78	31,2%	2.782,52	31,0%	3.212,25	25,7%	64,5%	
	Anistia	325,75	4,4%	343,70	4,0%	577,24	6,7%	224,30	2,5%	1.471,68	11,8%	351,8%	
	IPVA	Redução de Base de Cálculo	Automóvel 1000cc	36,84	0,5%	30,76	0,4%	32,08	0,4%	33,53	0,4%	36,90	0,3%
Motocicleta			5,82	0,1%	6,50	0,1%	6,78	0,1%	7,08	0,1%	7,79	0,1%	33,9%

Relatório Renúncia de receita - 2020

IMB – Ano XV – março de 2021

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	2017		2018		2019		2020		2021		Variação (2017 /2021)
			R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	R\$	%total	
		125cc											
		Sub-total	42,66	0,6%	37,25	0,4%	38,86	0,5%	40,61	0,5%	44,70	0,4%	4,8%
	Isenção	Deficiente físico	6,97	0,1%	6,90	0,1%	7,19	0,1%	7,52	0,1%	8,28	0,1%	18,8%
		Isento por idade	155,60	2,1%	270,75	3,2%	282,41	3,3%	295,17	3,3%	324,86	2,6%	108,8%
		Mototaxi	0,07	0,0%	0,09	0,0%	0,09	0,0%	0,10	0,0%	0,11	0,0%	56,2%
		Ônibus ou microônibus de turismo	1,74	0,0%	1,60	0,0%	1,67	0,0%	1,74	0,0%	1,92	0,0%	10,0%
		Ônibus ou microônibus escolar	0,66	0,0%	0,79	0,0%	0,83	0,0%	0,87	0,0%	0,95	0,0%	43,6%
		Táxi	4,19	0,1%	3,71	0,0%	3,87	0,0%	4,04	0,0%	4,45	0,0%	6,2%
		Veículos O km	24,29	0,3%	186,64	2,2%	194,67	2,3%	203,47	2,3%	223,93	1,8%	822,0%
		Sub-total	193,52	2,6%	470,47	5,5%	490,73	5,7%	512,90	5,7%	564,50	4,5%	191,7%
	Anistia	2,89	0,0%	3,04	0,0%	21,83	0,3%	31,94	0,4%	42,10	0,3%	1358,9%	
ITCD	Redução da Base de Cálculo	-	0,0%	-	0,0%	10,22	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	
	Anistia	2,68	0,0%	2,83	0,0%	10,23	0,1%	4,70	0,1%	85,60	0,7%	3096,2%	
TOTAL			7.419,68	100,0%	8.507,25	100,0%	8.593,04	100,0%	8.966,50	100,0%	12.495,83	100,0%	68,4%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/SGG

Notas explicativas:

- 1) ICMS: a) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2016]: Nota Técnica Nº 001/2017;
- b) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2017 e 2018]: atualização pelo IPCA acumulado dos respectivos anos , base 2016 (Nota Técnica Nº 001/2017);
- c) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2019]: Nota Técnica Nº 002/2020 - SIF;
- d) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2020]: atualização pelo IPCA acumulado de 2020 , base 2019 (Nota Técnica Nº 002/2020 - SIF);
- 2) IPVA: a) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2016]: Nota Técnica Nº 001/2017;
- b) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2017]: atualização pelo IPCA acumulado de 2017 , base 2016 (Nota Técnica Nº 001/2017);
- c) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2018]: Nota Técnica Nº 001/2019;
- d) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2019]: Nota Técnica Nº 002/2020 - SIF;
- e) Redução da Base de Cálculo / Isenção [2020]: atualização pelo IPCA acumulado de 2020 , base 2019 (Nota Técnica Nº 002/2020 - SIF);
- 3) Anistias: a) 2016 a 2018: valores informados na Nota Técnica 001/2017; b) 2019 e 2021: valores fornecidos pela Superintendência de Recuperação de Créditos
- 4) RBC e Isenção [2021]:
- a) IPCA: 10,06%

Tabela 2 - Benefícios Fiscais – Crédito Outorgado/Fomentar Produzir - 2017-2021(em R\$ milhões)

Ano	CO- Outros Créditos (1)	CO - Líquido	Fomentar / Produzir e Sub (Valor Bruto)	Fomentar / Produzir e Sub (Líquido)	Total (2)	Variação (%) (3)	Receita Corrente Líquida	% Receita Corrente Líquida (4)
2017	3.620,9	3.341,7	2.244,3	1.952,6	5.294,2	-	21.033,9	25,2%
2018	3.808,1	3.515,7	2.894,2	2.517,9	6.033,6	14%	21.298,3	28,3%
2019	3.959,8	3.582,2	3.469,3	2.680,8	6.263,0	4%	24.538,6	25,5%
2020	4.559,3	4.135,2	3.730,4	2.782,5	6.917,7	10%	26.350,1	26,3%
2021	6.085,2	5.716,5	4.326,1	3.212,2	8.928,8	29%	31.545,3	28,3%
Total	25.697,0	23.817,2	18.667,5	14.888,7	38.705,9	-	124.766,1	31,0%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/SGG

Nota: (1) Crédito Outorgado; (2) Soma do CO- líquido e Fomentar/Produzir e Sub (Líquido); (3) variação do total em relação ao ano anterior; (4) percentual que o total dos benefícios representam da receita corrente líquida.

Em relação à distribuição regional do programa Crédito Outorgado, os dados a seguir sugerem que não houve uma mudança significativa e substancial na distribuição dos benefícios entre as regiões do estado de Goiás. Portanto, mesmo após o redesenho do programa de renúncia, não se viram alterações relevantes nos resultados espaciais ou regionais. Os dados são referentes aos anos de 2017 até 2021.

Na primeira posição, no que tange ao número de contribuintes/contemplados está a região de Metropolitana de Goiânia que no ano de 2021 apresentou um número de 1.355 contemplados ante os 1.095 do ano de 2017. Na segunda posição encontra-se a Região Entorno do Distrito Federal com 302 contemplados ante os 232 do ano de 2017, e na terceira posição com 301 contemplados no ano de 2021 está o centro goiano, ante os 292 do ano 2017.

No que se refere as regiões de planejamento menos beneficiadas, em número de contemplados no ano de 2021, com o Programa do Crédito Outorgado e outros Créditos (CO), destaca-se o baixo desempenho das regiões do Norte Goiano, Noroeste Goiano e Oeste Goiano, áreas mais carentes do estado, em termos de desenvolvimento socioeconômico. A luz dos dados da tabela abaixo constata-se que ao longo do período existe uma relativa concentração dos beneficiados nas regiões mais desenvolvidas do Estado. Os dados são sumarizados na Tabela 3.

No que tange à distribuição regionalizada em valores monetários, conforme a Tabela 4, a liderança foi da região Metropolitana de Goiânia, com R\$ 1,592 bilhões no ano de 2021 ante os R\$ 1,277 bilhões do ano de 2017. Na segunda posição está o centro goiano com R\$ 1,224 bilhões em 2021, ante os R\$ 723,9 bilhões de 2017, e por fim, na terceira posição com um crescimento expressivo, quando comparado aos anos anteriores, está o sudoeste goiano com R\$ 1,115 bilhões enquanto no ano de 2017 contabilizou um valor de R\$ 380,9 bilhões.

Entre os piores resultados destaca-se: nordeste goiano com R\$ 3,2 milhões, norte goiano com R\$ 57,6 milhões e noroeste goiano com 105,7 milhões no ano de 2021.

Tabela 3 - Renúncia Tributária – Regionalizado – Quantidade de contribuintes (Crédito Outorgado e outros créditos) – 2017 - 2021

Regiões de Planejamento	2017		2018		2019		2020		2021		Variação (2017/2021)
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Centro Goiano	292	13,3%	288	12,4%	296	12,4%	234	10,5%	301	11,6%	3,1%
Entorno do Distrito Federal	232	10,5%	270	11,6%	274	11,5%	271	12,2%	302	11,7%	30,2%
Metropolitana de Goiânia	1.095	49,8%	1.149	49,5%	1.214	51,0%	1.143	51,5%	1.355	52,4%	23,7%
Nordeste Goiano	17	0,8%	17	0,7%	18	0,8%	18	0,8%	13	0,5%	-23,5%
Noroeste Goiano	17	0,8%	21	0,9%	23	1,0%	26	1,2%	26	1,0%	52,9%
Norte Goiano	47	2,1%	59	2,5%	54	2,3%	49	2,2%	51	2,0%	8,5%
Oeste Goiano	54	2,5%	50	2,2%	54	2,3%	46	2,1%	59	2,3%	9,3%
Sudeste Goiano	126	5,7%	124	5,3%	116	4,9%	120	5,4%	127	4,9%	0,8%
Sudoeste Goiano	178	8,1%	179	7,7%	176	7,4%	177	8,0%	202	7,8%	13,5%
Sul Goiano	142	6,5%	164	7,1%	156	6,6%	137	6,2%	151	5,8%	6,3%
TOTAL	2.200	100,0%	2.321	100,0%	2.381	100,0%	2.221	100,0%	2.587	100,0%	17,6%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/SGG.

Nota: Contagem de Inscrição Estaduais [CCE] - CRÉDITO OUTORGADO - OUTROS CRÉDITOS;

Tabela 4 - Renúncia Tributária – Regionalizado – (Crédito Outorgado e outros créditos e deduções do imposto em R\$ mi) – 2017 - 2021

Regiões de Planejamento	2017		2018		2019		2020		2021		Variação (2017/2021)
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	
Centro Goiano	723,9	21,7%	752,5	21,4%	611,8	17,1%	675,8	16,3%	1.224,7	21,4%	69,2%
Entorno do Distrito Federal	132,6	4,0%	145,3	4,1%	166,0	4,6%	248,8	6,0%	306,5	5,4%	131,1%
Metropolitana de Goiânia	1.227,1	36,7%	1.324,4	37,7%	1.357,7	37,9%	1.506,0	36,4%	1.562,8	27,3%	27,4%
Nordeste Goiano	3,5	0,1%	3,3	0,1%	3,2	0,1%	4,3	0,1%	3,2	0,1%	-6,8%
Noroeste Goiano	70,1	2,1%	76,7	2,2%	82,5	2,3%	96,2	2,3%	105,7	1,8%	50,7%
Norte Goiano	41,1	1,2%	28,7	0,8%	27,0	0,8%	29,8	0,7%	57,6	1,0%	40,3%
Oeste Goiano	98,0	2,9%	76,2	2,2%	176,1	4,9%	184,5	4,5%	309,6	5,4%	216,0%
Sudeste Goiano	473,7	14,2%	424,7	12,1%	430,3	12,0%	499,0	12,1%	618,4	10,8%	30,6%
Sudoeste Goiano	380,9	11,4%	479,1	13,6%	503,9	14,1%	631,9	15,3%	1.115,6	19,5%	192,9%
Sul Goiano	190,7	5,7%	204,8	5,8%	223,8	6,2%	258,9	6,3%	412,4	7,2%	116,2%
TOTAL	3.341,7	100,0%	3.515,7	100,0%	3.582,2	100,0%	4.135,2	100,0%	5.716,5	100,0%	71,1%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/SGG.

Nota: CO (OC e DED) proporcionalizados pelo valor líquido [origem Demonstrativo 01_GERAL].

Diante desses números, à luz das mesmas conclusões obtidas no relatório de renúncia fiscal de 2020, podemos inferir de forma inicial que o Programa Crédito Outorgado e outros Créditos não está conseguindo mitigar as desigualdades regionais, uma vez que o volume de beneficiados e de renúncias estão focadas em poucas regiões. Ou seja, devido à limitada adesão de contribuintes tem-se um baixo investimento nessas regiões e, conseqüentemente, os efeitos do programa de renúncia cumprem seu objetivo escassamente. Ademais, a literatura de desenvolvimento econômico, assim como de economia industrial é rica em destacar que a atração de investimentos

exige um conjunto de vetores adicionais, além da renúncia fiscal (IMB, 2021). A tabela 4 resume tais informações.

Em relação aos municípios líderes na obtenção do benefício fiscal – Fomentar e Produzir – na comparação entre os dois últimos anos observa-se uma predominância de municípios pertencentes as regiões do sudoeste goiano, centro goiano, sudeste goiano e metropolitana de Goiânia e do entorno do Distrito Federal tanto em 2021, bem como em 2020. Com destaque para os municípios de Anápolis na liderança em ambos os anos em questão, Catalão, Rio Verde, Quirinópolis, Goiânia, Itumbiara, Chapadão do Céu, Jataí, Aparecida de Goiânia e Goianésia oscilando nos dois últimos anos, nos top 10 com valores acima dos R\$ 90 milhões de reais no ano de 2021 e dos R\$ 60 milhões no ano de 2020. A tabela 5 resume os valores destinados aos principais municípios beneficiados com o Fomentar e Produzir.

Tabela 5 - Benefícios Fiscais - ICMS - Fomentar e Produzir (em R\$ milhões) – municípios goianos – 2020 e 2021

2020					2021				
Ordem	Município	Região de Planejamento	Valor Líquido Financiado	%	Ordem	Município	Região de Planejamento	Valor Líquido Financiado	%
1º	Anápolis	Centro Goiano	545,9	19,6%	1º	Anápolis	Centro Goiano	679,6	21,2%
2º	Rio Verde	Sudoeste Goiano	149,4	5,4%	2º	Catalão	Sudeste Goiano	227,4	7,1%
3º	Catalão	Sudeste Goiano	140,2	5,0%	3º	Quirinópolis	Sudoeste Goiano	154,3	4,8%
4º	Quirinópolis	Sudoeste Goiano	123,3	4,4%	4º	Rio Verde	Sudoeste Goiano	152,1	4,7%
5º	Goiânia	Metropolitana de Goiânia	111,9	4,0%	5º	Chapadão do Céu	Sudoeste Goiano	140,9	4,4%
6º	Itumbiara	Sul Goiano	108,8	3,9%	6º	Goiânia	Metropolitana de Goiânia	137,2	4,3%
7º	Chapadão do Céu	Sudoeste Goiano	88,6	3,2%	7º	Itumbiara	Sul Goiano	119,8	3,7%
8º	Jataí	Sudoeste Goiano	83,9	3,0%	8º	Jataí	Sudoeste Goiano	115,5	3,6%
9º	Aparecida de Goiânia	Metropolitana de Goiânia	82,1	2,9%	9º	Goianésia	Centro Goiano	106,3	3,3%
10º	Nerópolis	Metropolitana de Goiânia	65,8	2,4%	10º	Aparecida de Goiânia	Metropolitana de Goiânia	94,1	2,9%
11º	Trindade	Metropolitana de Goiânia	64,5	2,3%	11º	Luziânia	Entorno do Distrito Federal	76,8	2,4%
12º	Ipameri	Sudeste Goiano	63,3	2,3%	12º	Ipameri	Sudeste Goiano	71,9	2,2%
13º	Luziânia	Entorno do Distrito Federal	62,7	2,3%	13º	Nerópolis	Metropolitana de Goiânia	70,8	2,2%
14º	Alexânia	Entorno do Distrito Federal	60,2	2,2%	14º	Paraúna	Oeste Goiano	67,7	2,1%
15º	Goianésia	Centro Goiano	52,9	1,9%	15º	Trindade	Metropolitana de Goiânia	61,9	1,9%
-	Subtotal		1.803,3	64,8%	-	Subtotal		2.276,1	70,9%
-	Demais municípios		979,2	35,2%	-	Demais municípios		936,1	29,1%
-	Total		2.782,5	100,0%	-	Total		3.212,2	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/ SGG.

Nota: Valor do Ajuste proporcionalizado pelo valor líquido [origem Demonstrativo 01_GERAL].

Em relação ao Crédito Outorgado, cujo programa é mais amplo, por contempla as demais atividades econômicas e não apenas as ligadas à indústria, os dados referentes aos dois últimos anos refletem uma ampla concentração nos mesmos municípios até a sétima posição em ambos os anos. Apenas o município de Goiânia em 2021 obteve mais de R\$ 1,3 bilhões de benefício. A tabela 8 resume os principais números no que se refere aos dois últimos exercícios contábeis.

Tais observações, em relação aos dados do ano de 2020, convergem com os resultados de Teixeira et al. (2019) e IMB (2021). Em ambos estudos, os pesquisadores confirmaram uma elevada concentração na distribuição regional dos programas fiscais, reforçando o argumento que a mitigação das desigualdades regionais não foi almejada, até então, pelos programas de renúncias fiscais implementados no estado de Goiás (IMB, 2021). Portanto, ressalta-se que o processo de mitigação das desigualdades regionais é de médio e longo prazo, e que exige um conjunto de esforços adicionais. Acrescenta-se que as firmas são heterogêneas, com interesses e processos maximizadores distintos, umas das outras. Isso pode ser reforçado pelo ganho considerável de benefícios ligados ao CO na região Metropolitana de Goiânia, na perspectiva de sua proximidade com a capital e da região Entorno de Brasília, tendo em vista sua adjacência com: a capital federal, seu mercado consumidor e elevada renda per capita (IMB, 2021). A tabela a seguir resume os principais números.

Tabela 6 - Benefícios Fiscais - ICMS - Crédito Outorgado - Outros Créditos - Dedução do Imposto - 2020 (em R\$ milhões) – municípios goianos – 2020 e 2021

2020					2021				
Ordem	Município	Região de Planejamento	Valor Líquido Financiado	%	Ordem	Município	Região de Planejamento	Valor Líquido Financiado	%
1º	Goiânia	Metropolitana de Goiânia	890,0	21,5%	1º	Goiânia	Metropolitana de Goiânia	1.377,4	20,5%
2º	Anápolis	Centro Goiano	468,2	11,3%	2º	Anápolis	Centro Goiano	810,8	12,1%
3º	Rio Verde	Sudoeste Goiano	333,1	8,1%	3º	Rio Verde	Sudoeste Goiano	560,9	8,4%
4º	Aparecida de Goiânia	Metropolitana de Goiânia	324,6	7,8%	4º	Aparecida de Goiânia	Metropolitana de Goiânia	520,4	7,8%
5º	Catalão	Sudeste Goiano	159,8	3,9%	5º	Catalão	Sudeste Goiano	249,9	3,7%
6º	Barro Alto	Centro Goiano	156,4	3,8%	6º	Barro Alto	Centro Goiano	233,6	3,5%
7º	Bela Vista de Goiás	Metropolitana de Goiânia	131,9	3,2%	7º	Bela Vista de Goiás	Metropolitana de Goiânia	198,6	3,0%
8º	Corumbáiba	Sudeste Goiano	120,4	2,9%	8º	Itumbiara	Sul Goiano	181,2	2,7%
9º	Itumbiara	Sul Goiano	118,6	2,9%	9º	Pires do Rio	Sudeste Goiano	166,9	2,5%
10º	Cristalina	Entorno do Distrito Federal	109,2	2,6%	10º	Corumbáiba	Sudeste Goiano	161,8	2,4%
11º	Ipameri	Sudeste Goiano	104,5	2,5%	11º	Goiatuba	Sul Goiano	149,6	2,2%
12º	Pires do Rio	Sudeste Goiano	100,3	2,4%	12º	Ipameri	Sudeste Goiano	136,2	2,0%
13º	Itaberaí	Noroeste Goiano	81,5	2,0%	13º	Itaberaí	Noroeste Goiano	135,9	2,0%
14º	Hidrolândia	Metropolitana de Goiânia	74,1	1,8%	14º	Perolândia	Sudoeste Goiano	118,8	1,8%
15º	Goiatuba	Sul Goiano	73,8	1,8%	15º	Luziânia	Entorno do Distrito Federal	109,2	1,6%
-	Subtotal		3246,3	78,5%	-	Subtotal		5.111,0	76,2%
-	Demais municípios		888,9	21,5%	-	Demais municípios		1.595,5	23,8%
-	Total		4135,2	100,0%	-	Total		6.706,5	100,0%

Nota: CO (OC e DED) proporcionalizados pelo valor líquido [origem Demonstrativo 01_GERAL].

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/ SGG

Figura 1: Espacialização da Renúncia fiscal 2021 - Crédito outorgado e Fomentar/Produzir

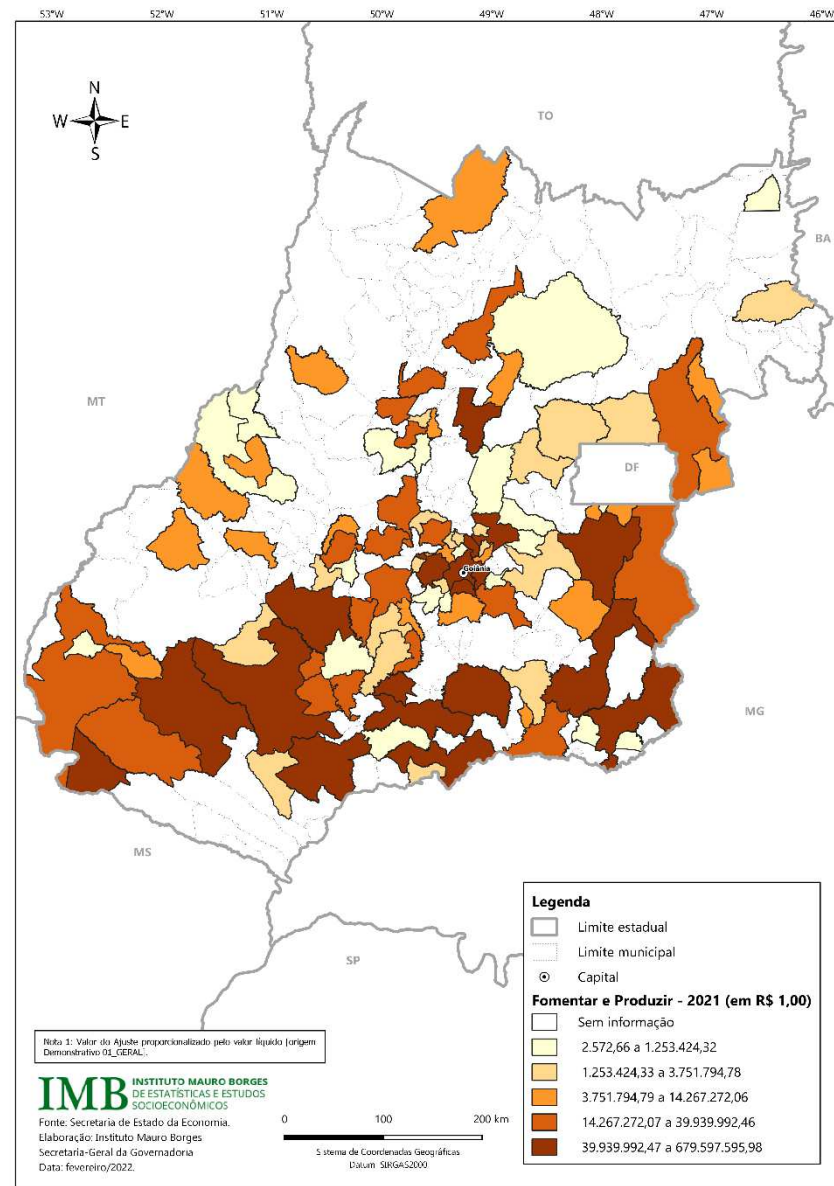
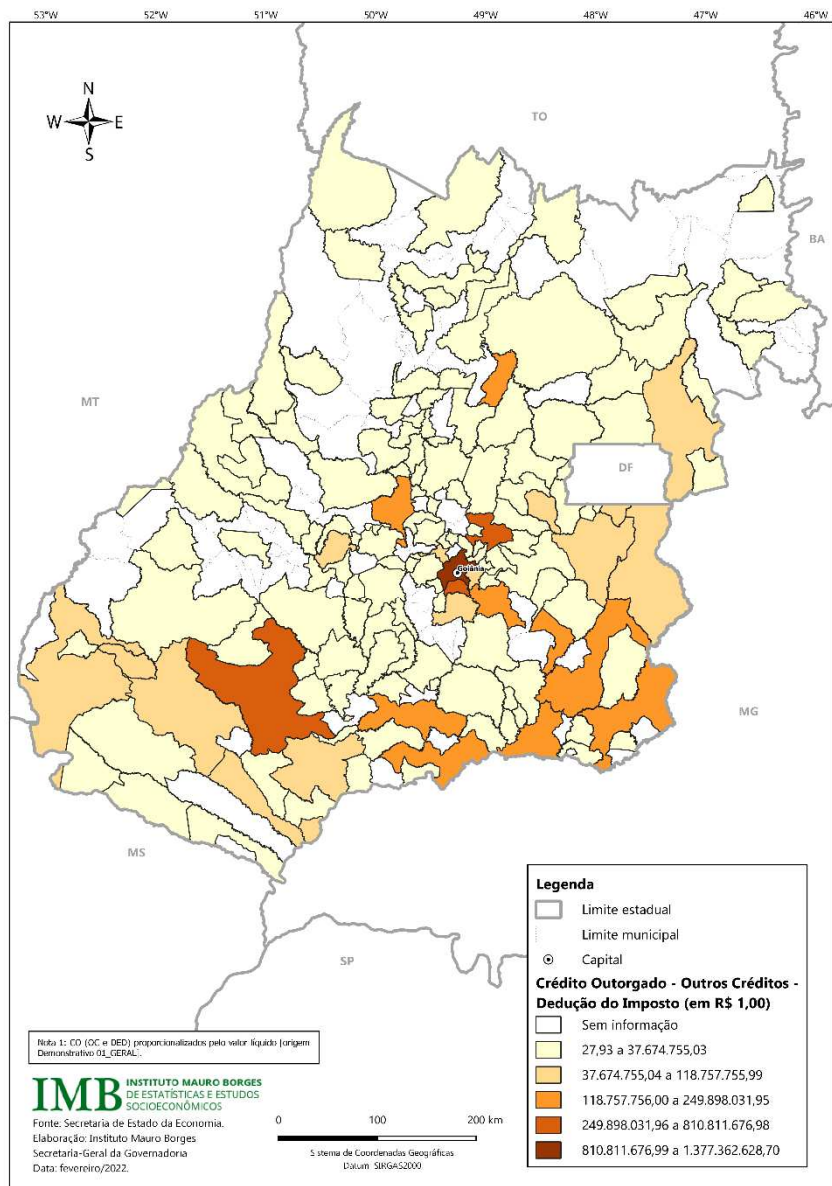
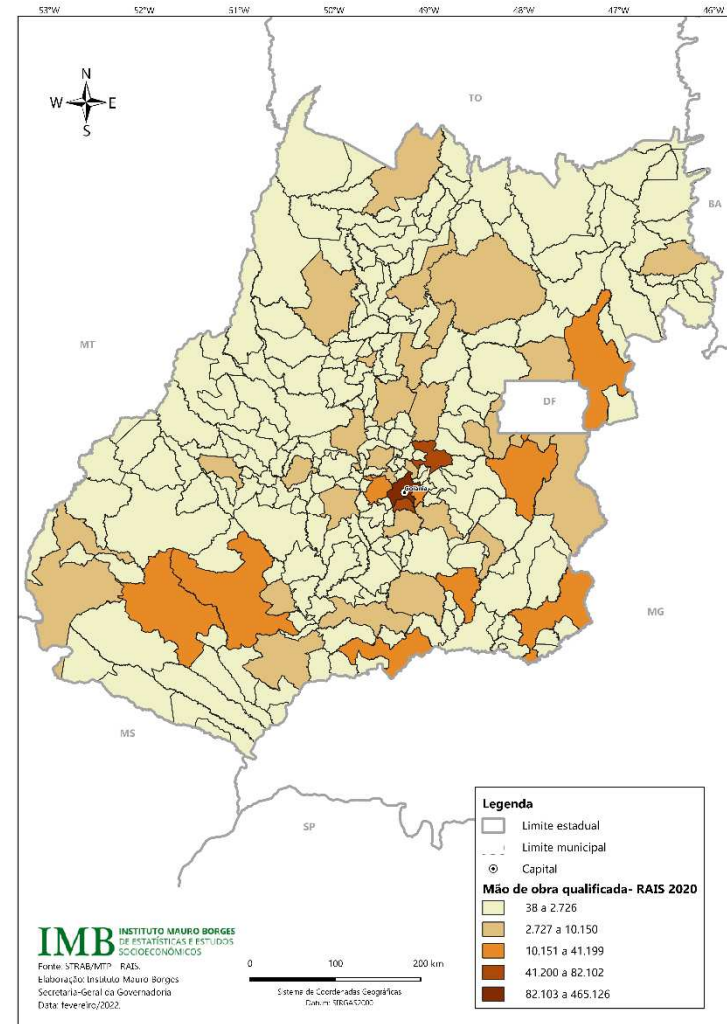
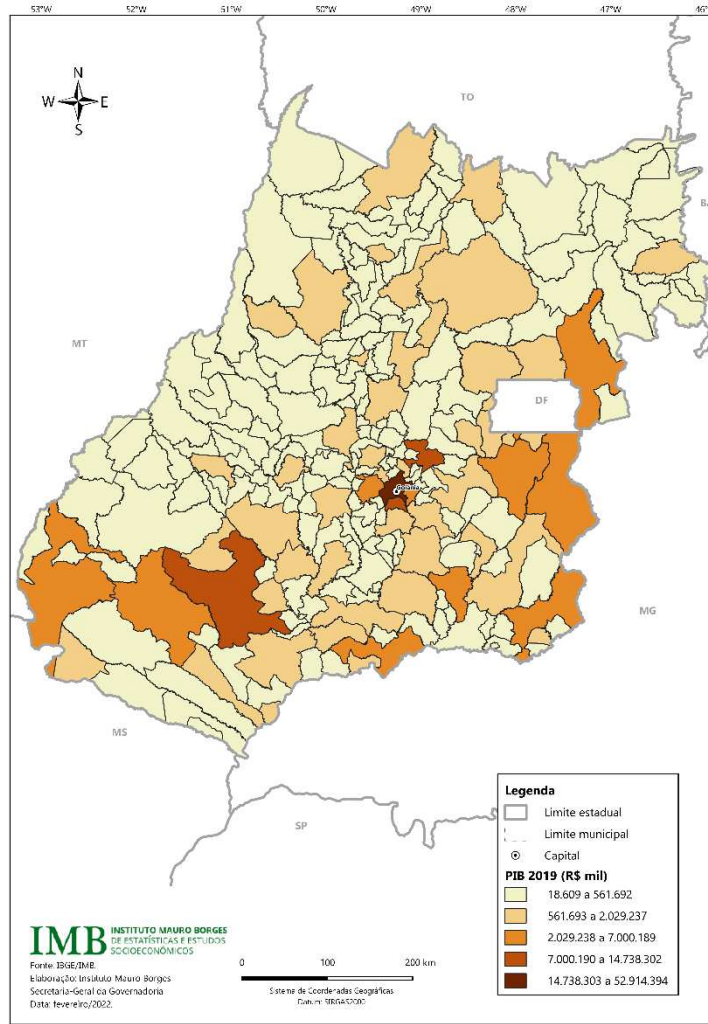
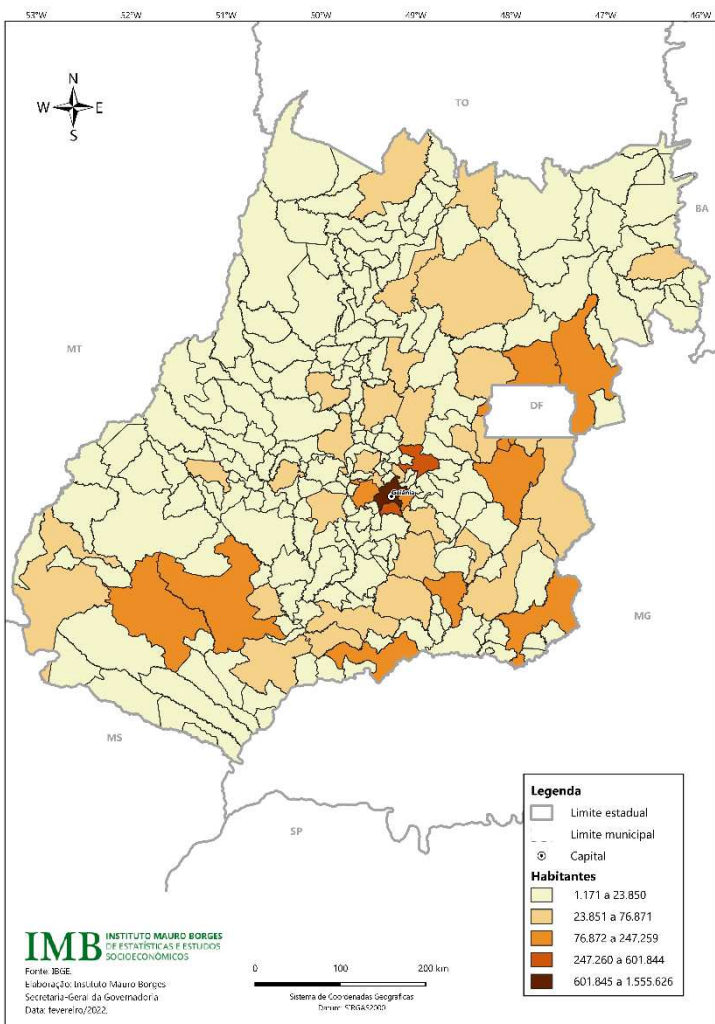


Figura 2 – Espacialização da população 2021, PIB 2019 (R\$ milhões) e Mão de obra qualificada 2020



Os dados da Tabela 7 resumem a renúncia fiscal, via Fomentar /Produzir, para os subgrupos de atividades econômicas industriais predominantes em Goiás. Os dados apontam uma liderança do subgrupo denominado indústria do álcool e açúcar com R\$ 1,08 bilhões no ano de 2021, bem maior que os R\$601,2 milhões do ano de 2017. Cabe destacar que tal setor é um dos segmentos econômicos com maior encadeamento em termos de emprego e renda da economia goiana (IMB, 2021) e Teixeira et.al. (2019). Outros segmentos com grande participação são a indústria do agronegócio com R\$ 414,4 milhões, construção civil, mineração e máquinas com R\$ 248,6 milhões e a indústria da carne com R\$ 215 milhões. Todos os segmentos apresentaram crescimento quando comparado com o ano de 2020, cabendo destacar que são segmentos importantes da indústria de transformação goiana.

Tabela 7 - Renúncia Tributária - Atividade Econômica (Fomentar/Produzir em R\$ milhões)

Subgrupo Atividade Econômica - Indústria	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2021/2017)
Indústria de álcool e açúcar	601,2	863	995,9	889,6	1080,0	179,60%
Indústria de veículos e peças	236,6	236,1	245,3	232	428,7	181,20%
Indústria do agronegócio	288,8	333,9	317,6	401	414,8	143,60%
Indústria da construção civil, mineração e máquinas	126,5	153,3	164,2	200,1	248,6	196,60%
Indústria de carnes	73,5	145,4	168,5	197	215	292,60%
Indústria de bebidas	201,1	280,2	283,8	225,4	187,4	93,20%
Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	81,7	102,8	113,7	170,4	183	223,90%
Indústria produtos químicos, prod. Hig. E limp., papelaria, embalagens e outros	82,2	77,1	85	98,2	109,9	133,80%
Outros	68,8	89,2	89,3	90,2	105,7	153,70%
Indústria de lácteos	84,4	108,8	92,6	120,2	78,1	92,60%
Indústria de biocombustíveis (exceto álcool)	19	22,6	26,1	50	57,1	300,40%
Indústria de alimentos	40,6	44,8	42,1	40,1	31,8	78,40%
Indústria de vestuário	5	6	9,7	17,1	26,5	533,70%
Indústria de moveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	21,2	27,5	27	28,6	22,1	104,60%
Extração da construção civil, mineração e máquinas	9	11,8	8,3	8,3	9,9	109,90%
Indústria de calçados	6,9	8,3	6,7	8,7	6,9	100,60%
Indústria de combustível derivado de petróleo e coque	6,1	7,2	5,1	5,7	6,6	108,30%
Total	1952,6	2517,9	2680,8	2782,5	3212,2	164,50%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia.

Elaboração: IMB/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Nota: FOMENTAR e PRODUIR proporcionalizados pelo valor líquido [origem Demonstrativo 01_GERAL].

Em relação ao ProGoiás, as informações ainda são rasas para fazer uma interpretação do comportamento do programa, tendo em vista sua recente implementação. Até o momento, foram disponibilizados 20 novos contratos totalizando um valor de R\$ 9,8 milhões no ano de 2020. O

município de Anápolis concentrou 35% dos contratos e 15% dos recursos, totalizando 7 contratos e R\$ 1,49 milhões. Por outro lado, outros nove municípios dividem o restante, R\$ 8,41 milhões, segmentados em 9 contratos.

Já para o ano de 2021, o programa disponibilizou 152 contratos distribuídos principalmente em sete municípios que conforme relatado acima - são os municípios tradicionalmente beneficiados pelo crédito outorgado e pelo antigo programa Fomentar/Produzir. O valor total concedido em 2021 foi de R\$ 489,5 milhões com destaque para os municípios de Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Anápolis e Goiânia.

Tabela 8– RenúnciaTributária - ProGoiás–2020 e 2021

Ano	2020				2021			
	Quantidade CCE		Valor (em R\$ mi)		Quantidade CCE		Valor (em R\$ mi)	
	Município Contribuinte	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Anápolis	7	35,0%	1,49	15,0%	30	19,7%	33,04	6,7%
Goiânia	-	0,0%	-	0,0%	29	19,1%	29,31	6,0%
Aparecida de Goiânia	-	0,0%	-	0,0%	26	17,1%	38,91	7,9%
Rio Verde	-	0,0%	-	0,0%	6	3,9%	28,18	5,8%
Senador Canedo	-	0,0%	-	0,0%	5	3,3%	0,71	0,1%
Bela Vista de Goiás	-	0,0%	-	0,0%	4	2,6%	37,20	7,6%
Itumbiara	-	0,0%	-	0,0%	4	2,6%	1,44	0,3%
OUTROS	13	65,0%	8,41	85,0%	48	31,6%	320,79	65,5%
TOTAL	20	100,0%	9,89	100,0%	152	100,0%	489,59	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado da Economia. Elaboração: IMB/SGG

Notas:1) Valor Total - valor do ajuste da apuração do ICMS;

2) período: novembro e dezembro de 2020.

3) detalhamento por microrregião não disponibilizado pela restrição imposta pelo disposto:

§ 2º, do Art. 16, da Instrução Normativa nº 1.455/2020-GSE, de 09.03.2020.

4) agrupamento 'Outros': restrição pelo dispositivo abaixo:§ 2º, do Art. 16, da Instrução Normativa nº 1.455/2020-GSE, de 09.03.2020, representa 09 municípios.

3. Considerações Finais

A política de renúncia fiscal é o principal instrumento de política econômica no âmbito estadual, com o intuito de atrair investimentos produtivos e fomentar o desenvolvimento econômico das unidades subnacionais. Diante disso, entender o seu “*modus operandi*”, os efeitos e as adequações aos seus objetivos é uma peça fundamental na apuração das ações governamentais, por meio da prestação de contas aos órgãos fiscalizadores.

Assim, o presente relatório de renúncia fiscal do ano de 2021 observou um aumento significativo na renúncia fiscal do estado passando para R\$ 12,495 bilhões, ante os 8,966 bilhões de 2020. Ademais entre os anos de 2020 e 2021 houve uma variação positiva de 29% relação a concessão de crédito outorgado e do fomentar/produzir.

Em relação aos municípios e regiões beneficiadas o comportamento é similar ao já constatado no relatório de 2020 (IMB, 2021), no qual os autores constataam uma concentração em

poucas regiões do Estado, em geral as mais desenvolvidas em termos de infraestrutura, capital humano e aglomerações produtivas e em alguns municípios destacáveis, tais como: Anápolis, Goiânia, Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Catalão sugerindo que tais programas ainda não conseguiram mitigar as desigualdades regionais em termos de alocação dos recursos oriundos dos programas fiscais.

Por fim, em relação ao novo programa ProGoiás, os dados ainda são referentes há apenas dois anos, todavia sugerem uma certa concentração nos municípios mais ricos e desenvolvidos do Estado o que indica que a prerrogativa de incentivar a produção nas regiões mais pobres do estado ou nos municípios prioritários não vem se materializando, pelo menos nessa pequena amostra de contratos, sugerindo uma possível revisão de alguns pontos do programa em termos de objetivos e resultados esperados.

4. Referências bibliográficas

GOIÁS. Orçamento Geral do Estado 2021. [s.l: s.n.]

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB).

Relatório de Renúncia Fiscal de 2020. IMB, 2021. Disponível em:

https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2226:relat%C3%B3rio-de-ren%C3%A7%C3%A3o-da-fiscal-2020&catid=10&Itemid=212

NOGUEIRA, C. A. G.; OLIVEIRA, B. S.; CRUVINEL, E. C.; PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS COM BASE EM DADOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em:

<<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/municipios-prioritarios-01.pdf>>

Acessado em março de 2021.

TEIXEIRA, A. M.; NOGUEIRA, C. A. G.; CRUVINEL, E. C.; MONTEIRO, W. F.; OLIVEIRA, B. S.; MARQUES, D. M. F. Incentivos fiscais e o estado de goiás: uma análise de impacto e do custo econômico dos programas fomentar/ produzir e crédito outorgado. 2019. Disponível em: <

<https://www.imb.go.gov.br/estudos/estudos-imb/incentivos-fiscais-e-o-estado-de-goi%C3%A1s-uma-an%C3%A1lise-de-impacto-e-do-custo-econ%C3%B4mico-dos-programas-fomentar-produzir.html>>. Acessado em fevereiro de 2021.)

Equipe Técnica

Autores

Anderson Mutter Teixeira

Evelyn de Castro Cruvinel

Guilherme Resende Oliveira

Cartogramas

José de Paula Moraes Filho

Revisão ortográfica

Cristiane Silva Bernardo

Diagramação